

Casos de prisão

Não foi o acaso que nos levou a três entrevistados especiais, junto de quem foi possível mobilizar sentimentos de maior confiabilidade entre entrevistado e entrevistador, do que nos outros casos. As apresentações foram feitas antes do estudo e em condições de luta social, o que produziu entre as partes uma relação particular. A confiança anteriormente investida e testada foi naturalmente trazida para o campo da relação social que produziu a entrevista.

A discussão dos sentimentos de medo, que destacámos na análise das outras entrevistas, adquiriu uma base de contraste com as prestações destes não-nacionais entrevistados. Em particular pelo facto de aqui se ter pedido, com natural sucesso, a cada entrevistado que descrevesse um caso prisional concreto: o que resultou na respectiva experiência prisional já conhecida do entrevistador, enquanto nos restantes casos nem o entrevistador conhecia a vida jurídica dos entrevistados, nem, em geral, estes se mostraram abertos a explorar, directa ou indirectamente, essa dimensão das suas vidas para a entrevista.

As particularidades de cada um dos três entrevistados adquirem uma visibilidade que não foi possível nos outros casos, apesar de estas entrevistas terem sido únicas e não duplas, como as outras. Num caso, o do brasileiro, a situação de encarceramento foi-nos apresentada como um processo de reintegração social, uma fuga ao círculo de reincidências criminais a que não conseguiria escapar se ficasse no Brasil, mas que em Portugal seria possível – caso não fosse extraditado, como veio a acontecer de facto. Noutro caso, o do africano, o encarceramento foi-nos apresentado como uma vicissitude inconsequente no processo de reprodução antropológica (ler Daniel Bertaux) pós-colonial. No terceiro caso, o da romena, trata-se de uma apresentação dos riscos do empreendedorismo em mercados desregulados, à mercê de regulações ad-hoc, a que há que opor determinação e conhecimento.

Dos casos singulares é ilegítimo retirar conclusões gerais sobre as diferentes condições imigratórias para Portugal. Todavia, a interpretação de cada caso, em particular o seu enquadramento teórico, pode sugerir pistas de investigação extensivas a explorar de forma sistemática posteriormente. Nesse sentido se chama a atenção do leitor para a especificidade dos casos: o negócio de “men power”, que é relevante nos países do leste europeu e caracteriza, de certa forma, o neo-liberalismo que lá impera, tem aqui um caso de estudo. A atitude emocional de portuguesismo pós-colonial, junta com um espírito de submissão / incompreensão perante as instituições caracteriza o nosso caso africano. Para o brasileiro, Portugal aconteceu provavelmente por acaso, como retaguarda para alguma confusão gerada pelas mudanças que ocorrem no poder brasileiro, mas acabou por ser entendido como uma oportunidade de fuga à dependência dourada do mundo do crime.

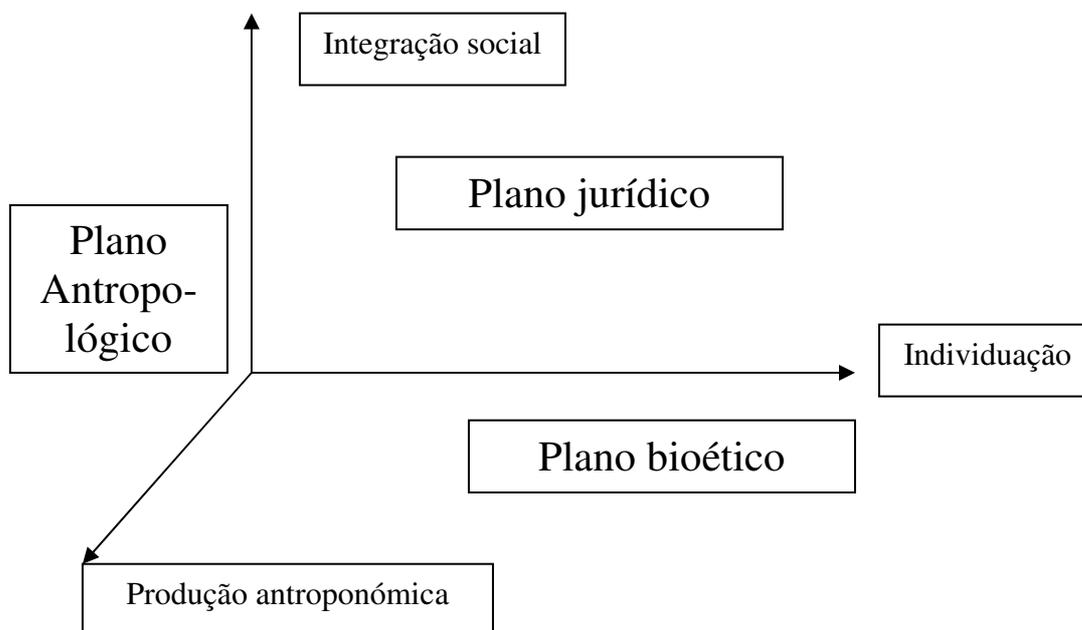
Cada um dos casos, significativamente diferentes entre si – uma empresária de leste, um trabalhador por conta de outrém africano e um trabalhador por conta própria brasileiro – remetem para diferentes estados-de-espírito, diferentes disposições normativas e volutivas de cada actor social, diferentes disposições estratégicas em contextos também eles específicos, que se reflectem nas entrevistas: um projecto de empresarialização em ambiente de anomia institucional, normativa e económica, um projecto de sobrevivência em ambiente materialmente mais favorável e um projecto de emancipação pessoal em ambiente de grande tensão.

Em termos do nosso quadro teórico, diremos que estamos em presença de

- a) um processo de individuação à custa do plano antropológico da vida pessoal e social,

- b) um processo de produção antroponómica em ambiente discriminatório no plano jurídico
- c) um processo de reintegração social a partir de um plano bio-ético pouco favorável (ver quadro seguinte).

Figura 5.1. - Planos e eixos de análise de estados-de-espírito dos três entrevistados



Em termos empíricos, cada um destes estados-de-espírito complexos e individuais expressos pelos nossos entrevistados confronta-se e produz-se em ambiente específico:

Estado-de-espírito	Ambiente social
Individação	Organização da exploração da mão-de-obra imigrante em Portugal
Produção antroponómica	Uso das drogas proibidas como meios de troca jurídicos
Reintegração social	Fechamento social da corrupção e do abuso de poder

Antes de aprofundarmos a análise, procederemos naturalmente à descrição do conteúdo das entrevistas em causa, para que o leitor possa apreciar o que está em jogo: o valor explicativo da teoria e a relevância social das experiências contadas na primeira pessoa.

As malhas da imigração de Leste

Esta informação permite-nos entrar um pouco no lado obscuro dos modos de imigrar e das estratégias instituídas para conter a penetração das *mafias* de Leste em Portugal. Pretende-se contrastar um caso que se depreende excepcional, mas por isso mesmo revelador de situações em geral mantidas fora da observação do público e também dos *corpus* a analisar pelo estudioso da sociedade, e as situações de normalidade descritas na maioria das outras entrevistas que compõe este estudo.

A excepcionalidade da informação aqui tratada decorre do modo excepcional como foi recrutada a informante. O contacto entre o investigador e a entrevistada deu-se ainda na prisão e na luta pela libertação, sua, da seu filho que nasceu na prisão e do pai da criança, também na prisão à ordem do mesmo processo judicial. Foi nessas condições, de activista em confronto com a necessidade de prestar solidariedade contra a injustiça, que o pesquisador social desenvolveu a confiança necessária com a entrevistada. Toda a entrevista, naturalmente, está enviesada num sentido de revelação e valorização da luta contra a justiça instituída e em favor do ideal de justiça, o que permitiu registar sentimentos, angústias, informações e perplexidades que só excepcionalmente ou nunca são expressos noutras condições, em particular nas condições de produção da maioria das entrevistas realizadas para este estudo.

Esta entrevista é mais próxima do modelo idealizado em abstracto, quando se pensou na metodologia intensiva, próxima das histórias de vida, para desenvolver o presente estudo. Com certeza influenciado pela experiência de activismo social, o investigador sentiu haver uma oportunidade na possibilidade de explorar histórias de vida estruturalmente diferentes das histórias de vida das classes médias, em particular no que diz respeito às relações com o sistema de penas judiciais. Esta intuição mostrou-se irrealizável na prática, dadas as contingências das vontades de colaboração dos entrevistados avulso, digamos assim, de que falamos noutro lugar. Falta confiança dos entrevistados. Para ganhar confiança para falar abertamente de assuntos de prisão, toda uma outra vivência entre entrevistado e entrevistador seria necessária. Outro espírito teria que ser criado, como se mostra nesta entrevista, independentemente do carácter singular do caso concreto.

Desta vez a entrevistada foi escolhida directamente em função do valor da sua experiência excepcional e da sua disponibilidade (necessidade?) de expor (compreender?) a sua saga. Falou-nos da sua vida. De como procurou profissionalizar-se num país em grandes convulsões, como é a Roménia dos últimos anos. Falou-nos dos negócios que a trouxeram ao nosso país e falou do processo que a manteve na prisão cerca de um ano e meio, antes de sair em liberdade por “falta de provas”, depois de a arruinar, a si e à família, para além dos graves problemas provocados – separação do filho, que foi institucionalizado na Roménia, e problemas patrimoniais, que se podem tornar criminais – que terá que resolver na Roménia e em Portugal, na condição de mãe de um bebé a trabalhar como ajudante de educadora numa organização não governamental no sul do nosso país.

Da Roménia temos a experiência singular de ter estado em Bucareste e ter vivido situações inacreditáveis, no início dos anos 80. Três exemplos: um jovem amigo romeno disse-nos: “gostava de te levar a minha casa, mas precisaria de pedir autorização e iria demorar mais tempo do aquele que ficas na cidade para ter uma resposta”. Tão inacreditável foi esta experiência que vinte anos depois, à mesa com um colega entendido na vida dos países do socialismo real, lhe perguntei: “pode ser verdade isto de que tenho memória? Terei sido traído pela língua, por um sonho, ou pode efectivamente ter acontecido?” Que sim, podia ter acontecido.

Numa noite fomos autorizados a ir a um espectáculo nocturno num hotel de luxo (estávamos lá numa representação desportiva de Portugal). À porta do hotel só paravam *limusines* com seis portas laterais ou mais, em contraste com a falta de trânsito do resto da cidade, de resto muito bem servida de transportes muito baratos, de autocarro e eléctricos. Gerou-se entre os membros da equipe uma discussão sobre o valor da igualdade nas sociedades socialistas. Não havia cartazes publicitários nas ruas e os arranjos nas montras eram tão pouco atractivos para nós, como as velhas retrosarias o eram (e são) comparadas com as montras de roupa de marca. Só a frase “*Traiasca*

Partidul Comunist Roman” (viva o partido comunista romeno), se a ortografia não me falha, em letras garrafais, encimava alguns edifícios na cidade, de forma tão imponente que nunca mais esqueci a frase. Nas estradas, talvez perto de zonas industriais, grandes cartazes apresentavam algumas estatísticas sobre os progressos em termos de produtos industriais e agrícolas, em que ninguém acreditava.

Apesar da proximidade linguística da latinidade, a Roménia e a experiência de vida dos romenos não pode ser imaginada como semelhante à experiência da ditadura em Portugal. Isso deve ser tido em conta na análise da descrição muito sucinta que a nossa entrevistada, a nosso pedido, fez da sua vida em Bucareste, na altura das transformações históricas do fim do domínio comunista no país.

Projecto de vida e socialização empresarial

“Já [se] sabia [que iria haver] movimentos grandes na nossa terra. Não sabia [de] dentro da Roménia, sabíamos de fora. (...) todas as pessoas começaram a fazer de outra maneira a vida.” (:26/27). Num regime extremamente repressivo, como foi a Roménia – e ainda é, embora noutros termos –, para se viver melhor seria preciso pertencer ao partido e ter um registo criminal mínimo”.

“Comparativamente com outras pessoas, com outras famílias, era melhor para [os meus pais] entrarem neste partido. (...) Não. Não era convicção, era uma coisa para ficar melhor para mim. (:23) Com *carnet* vermelho. (...) Com *carnet* de comunista. (:22) [dava] para viver, para fazer uma vida boa, boa, entre aspas boa... (:23) (...) **não participavam muito na vida do partido e tal?** Não, não, não, não, não... (...) (:23) (...) não era contra mas não era pró. (:24)”.

“**O que era um curso de Jornalismo na Roménia no tempo do Ceusesco?** Oh!... pronto. Que era um curso? Meu pai e minha mãe estava com um registo criminal muito... registo criminal muito bom. (...) Limpinho. **Era raro?** Era muito raro.” (:21) **Portanto, era uma família...** Honesta. Honesta. (:24) Vivíamos em casas próprias. (:25)”.

Preparar a transição que se anunciava não era fácil, porque as opções de vida mantinham-se muito condicionadas pelo sistema de vigilância do estado, mesmo no caso dos membros do partido. “(...) depois Ceusesco era Iliescu (...) Quase a mesma coisa. A mesma maneira mas com outro chapéu. Estás a ver?” (:31). Para ser sincero, não faz parte da minha experiência isso que me conta. Mas também não é isso que interessa reter. Basta registar a complexidade do processo de transformação social que atravessou a Roménia, os romenos e a família de Amélia J (1968- ; nome fictício da nossa entrevistada). A viver um processo de ruptura com o comunismo, mas de uma forma que a sociedade terá ficado “quase a mesma coisa”, a nossa protagonista beneficiou do estatuto especial da família para viver e perspectivar o futuro através da revolução. Procurou tornar-se capitalista.

Então, acabou o Ceusesco... houve a revolução [1989, tinha Amélia 21 anos], e depois da revolução como é que ficaram? Foram perseguidos por serem comunistas? (pausa) Estás a ver? Mais ou menos (risos). Porque o meu pai foi obrigado a sair com uma reforma (pausa) minha mãe também... (...) Também era um pouquinho velho, (...) mas podia andar (...) para a frente. **Mas não ficou, não ficou a vida destruída?** Não ficou... mais ou menos... não, não, não. Graça a Deus. (:25).

Naturalmente, todas estas declarações são condicionadas pelas novas experiências de vida de Amélia J. A vida boa que podiam obter com a adesão ao partido, afinal não era uma vida tão boa assim se comparada com a expectativa de vida boa que a entrevistada desenvolveu depois e terá actualmente, apesar da situação difícil em que se encontra.

Das duas uma, ou a vida de empresária que já viveu serve agora de nova referência para o que possa ser uma “vida boa”, ou é a vida no ocidente – a vida que ela imagina que o entrevistador leva – que a faz hesitar na qualificação da vida que levaram como uma vida boa. Da mesma forma, o facto de a família não ter registo criminal nas circunstâncias de Bucareste da altura, faz com que o adjectivo “honesto” adquira conotações extraordinárias para os nossos hábitos sociais. Ou ainda, a apreciação da reforma compulsiva contra os pais pode ser avaliada como uma injustiça, cujo resultado, apesar disso, não foi dramático, principalmente se comparado com o destino que, em Portugal, esperava Amélia J....

Amélia J., membro do partido comunista, estudava no último ano de jornalismo quando rebentou a revolução. Complementava o estudo propriamente dito com um estágio, durante três anos, num jornal de grande tiragem, ligado ao partido, e teve a casa própria. Mas, ao fim de três ou quatro anos de jornalismo a tempo inteiro, os tempos mudavam e a tiragem do jornal ameaçava extinguir os postos de trabalho. Novas oportunidades de vida emergiam: ser empresária. Com os contactos e facilidades que provavelmente lhe eram oferecidas pela sua inserção social específica, ainda enquanto jornalista começou a experimentar integrar-se no movimento social daqueles que se tornavam empregadores, gestores de capitais, exploradores industriais. “(...) podia ir para outro jornal. Mas estava assim, estás a ver? Assim, assim, assim. Podia ir para televisão. Foi uma experiência. Mas não fui muito. Mas... acabei muito rápido com ela.” (:31). Em “noventa e um tive primeira minha empresa.” (:32), isto é três anos antes de abandonar definitivamente o jornalismo.

“Nessa altura, quando se fazia uma empresa, não havia estatuto de companhia, de empresa. (...). Nessa altura eu fazia comércio. (...) Importava tudo o que havia para importar“ (:32). Durante “dois ou três anos. Fiz uma grande companhia. A companhia tinha um grande mercado. **E portanto, foi isso que te decidiu a sair do jornalismo?** Ah... sim. Sim. **O negócio estava a funcionar...** Era. Era. Funciona muito bem. Mandava cem Euros, tirava duzentos.” (:33/34). Mas as condições do mercado alteraram-se rapidamente: Depois cinco ou seis anos, quando já a praça estava já cheia...Tirei isso e fiz turismo. **Está falar noventa e seis?** Noventa e seis, noventa e sete, noventa e oito.” (:34) Organizou turismo ao Mar Negro, alugando ao estado instalações hoteleiras para receber turistas, durante o Verão, a preços muito baratos que se praticavam na altura. Tinha direito de preferência para compra das instalações, na altura da privatização, já anunciada. Comprometeu-se, contratualmente, a manter o pessoal ao serviço, com todas as dificuldades de uma actividade sazonal e de um período de grande conturbação social. As empregadas “não faziam nada, não faziam nada e roubavam para ganhar ordenado. Eu ganhava para quatro, quatro meses por ano (...) um ano tem doze meses...” (:44). O que poderia ser um bom negócio, estava ainda em bruto.

Entretanto, nova oportunidade emerge: a exportação de recursos humanos. “Ah, você não conhece pessoal para limpeza?”, “Pessoal para cuidar de idosos?”(:39) Turistas franceses, suíços, italianos, espanhóis, gregos, turcos sabiam que ali poderiam obter mão-de-obra muito barata e eventualmente qualificada, com vontade de encontrar novas oportunidades de ganhar dinheiro e refazer a vida. “Porque não podia ter duas companhias ao mesmo tempo. Eu [passei a] trabalhar junto com [empresário do ramo] Tirava uma percentagem deste trabalho para Israel. E também aprendia como andava esse trabalho.” (:40) “sinceramente (pausa) era mais fácil [trabalhar] para os recursos humanos. (...) Menos dor de cabeça, (...) menos investimento” (:41).

Com o agravamento da situação em Israel, porém, começam a sentir-se dificuldades de recrutamento para esse país. Entretanto, alguns países da UE assinaram protocolos e

acordos de imigração com o estado Romeno, Ministério do Trabalho, como aconteceu com a Alemanha, para onde começaram a enviar trabalhadores. Dá-se o caso de começarem, em Bucareste, uma série rápida e intensa de fecho de fábricas, o que originou uma debandada para o campo, por motivos de sobrevivência. Isso tornou mais difícil, para a empresa de Amélia, em Bucareste, contactar mão-de-obra, que todavia poderia estar mais disponível. Perderam-se grandes ficheiros de informação e as potencialidades de negócio inerentes.

Com a situação tão complicada, a ideia de abandonar o turismo ficou adiada. Até que, na altura das privatizações, os funcionários encarregues das mesmas, lhe pediram dez mil dólares para assinarem o contracto de venda. Não só não tinha dinheiro para realizar a transacção como ficava obrigada a manter os trabalhadores por via contratual, embora o dinheiro da compra fosse uma imposição ilegal de quem foi outorgado o poder de privatizar.

A vida empresarial em Bucareste não era fácil nem estabilizada. A experiência de Amélia J dizia-lhe que se tinha dado bem enquanto foi pioneira, com lucros de 200%. Quando começa a receber respostas de Portugal e de Espanha (e já não só da Alemanha, de Itália, de França) de procura de mão-de-obra romena para construção civil, toma consciência de que é um mercado abandonado (não regulado, como viria a perceber mais tarde). Entusiasma-se e empenha-se na concretização da oportunidade. Descobre as vantagens comparativas do mercado de trabalho português, cujas tabelas de pagamentos eram oferecidas a quem procura os seus escritórios para emigrar: não há guerra, como em Israel, não há *mafia*, como em Itália, não há controlo de trabalho, como na Alemanha. “Vai Sábado e Domingo. Vamos beber quando podemos e segunda-feira se não poder levantar, “Oh, pá, não vou levantar! Não vou trabalhar” (...) Aqui pode ser. Na Alemanha não pode ser.” (:48) “Portugal antes não tinha nenhuma empresa que fazia este trabalho legal (pausa) nós ficámos em primeiro. (...) Quando nós apresentámos os nossos papéis na embaixada portuguesa lá na Roménia, estava a dizer, pronto, vai, isso (pausa), “Isso não pode ser! Ninguém fez isso!”. Então, ninguém não foi à lua?! Nós somos os primeiros!” (:51).

Ainda hoje, depois de tudo o que se passou, faz tão pouco tempo, o entusiasmo da descoberta da oportunidade de negócio se sente nas suas palavras. Por isso se pode calcular o que sentiu quando, ao telefone ... “Eu fiquei um pouco assim (pausa), “Oh, pá! Tu és português ou és romeno?”, “Não, eu sou romeno, cheguei a Portugal à muito tempo atrás. À muito tempo atrás, nesta altura, era três anos...” (...) Casou-se com uma portuguesa. E ficou aqui. Fez uma menina, uma (pausa) criança, e já está.” (:55).

Mundo dos negócios

Vários são os países europeus e mediterrânicos que mantinham contactos com a Roménia, por via do turismo ou via acolhimento de emigrantes. Pela exposição anterior, depreende-se que cada um destes países, através dos estrangeiros que passaram pela Roménia e através do modo como se organizam os fluxos migratórios, produz uma imagem particular, condicionada e divulgada empresarialmente para fins próprios de angariação de clientes. No caso das migrações, Israel passou a representar a guerra, Itália a *mafia*, Alemanha a disciplina no trabalho. E Portugal? A indisciplina no trabalho, o álcool e a ilegalidade são as características que se podem recolher deste depoimento.

“Para [trabalhadores] não importava se era legal ou ilegal. Importava dinheiro, e mais nada”. Num ambiente empresarial turbulento, desorganizado e arriscado, como o vivido na Roménia, pode imaginar-se estarem os empresários habituados a enfrentar situações

complicadas e obstáculos inesperados. Bem como a serem moralmente flexíveis, tanto relativamente às expectativas dos clientes como relativamente aos processos dos concorrentes. Na UE, onde o capitalismo existe à mais tempo e está regulado de forma mais estável, onde os regimes não são “a mesma maneira [do comunismo] mas com outro chapéu.” (:31), poderia esperar-se, todavia, mais segurança. Terá eventualmente imaginado Amélia J..

“Portugal antes não tinha nenhuma empresa que fazia este trabalho legal (pausa) nós ficámos em primeiro. Era uma coisa nova.” (:51) “Com tudo, [um visto de trabalho para um ano, com passagem de avião] (...) chegava a mil euros. Quase nada. Quando um visto para três dias para Comunidade Europeia, neste tempo *Shengen*, [o processo de emigração ilegal comum] custava (...) mil e quinhentos euros.” (:5). Só que, para já, os vistos de turismo eram praticamente imediatos, o trabalho não faltava à chegada e para conseguir todos os documentos legais “demorava três, quatro, cinco, seis meses. Não era nossa culpa, porque demorava assim. (...)” e ainda por cima “nós recebemos ameaças de pessoas que faziam o mercado negro”, o tráfico de turistas para imigração (:17).

O processo de recrutamento de mão-de-obra imigrante não é aleatório. Terá de haver um ambiente social propício à emigração num determinado território, terá de haver um ambiente propício à imigração noutra território e é preciso que ambos os territórios se encontrem, ou melhor, que canais de migração se estabeleçam. Por isso, os fluxos de emigrantes romenos, como foi sentido pela Amélia J., organizam-se em função das condições de acolhimento imaginadas nos países de destino – diferentemente em Israel, na Alemanha, na Itália ou em Portugal – mas também em função da objectiva capacidade de utilização dos circuitos migratórios: custos, tempo de espera, burocracias e oportunidades de refazer a vida.

No caso português, a lição do caso que estamos a analisar, pode ser, como veremos melhor adiante, uma vez instalados os interesses que exploraram os trajectos migratórios, haverá tendência para desenvolver sistemas de controlo e de protecção desse mercado. Quando os circuitos são estabelecidos informalmente – “tinha um ou dois anos em construções. (...) quando começámos a fazer este trabalho, nós já sabíamos qualquer coisa deste mercado.” “mercado português já começou a pedir para nós documentos para pessoas, carta de trabalho e todas as coisas para ver como são pessoas, nós mandámos tudo o que (...) precisava.” (:10) – a introdução de formalidades afecta as organizações, através dos custos e também da extinção de certas funcionalidades. Em particular, quando é a administração estatal a assegurar a legitimidade dos processos migratórios, conforme exemplo acima, os custos baixam – no caso concreto de 1500 para 1000 euros; os lucros também, evidentemente; todo o sistema de segurança privado e clandestino montado (provavelmente menos para defesa dos imigrantes e mais para defesa dos empresários fora da lei) passa a ser da responsabilidade do Estado e deixa de ter utilidade: pode ser dispensado. Em resumo: sistema de migração espontâneo é caso extraordinário, como aconteceu para anunciar a queda da União Soviética e expressar o desejo de união das duas Alemanhas. Em geral organizam-se mercados capazes de produzirem a ligação entre territórios de imigração e de emigração, seja através de pioneiros mais aventureiros bem sucedidos que depois chamam a família e os amigos, mas principalmente através de redes organizadas de migrações que conhecem as fronteiras e as rotinas de segurança dos estados o suficiente para poderem estabelecer as suas próprias rotinas de passadores profissionais. Fazem-no, portanto, em função das orientações políticas e rotinas administrativas sobre imigração dos países de acolhimento, que no caso português eram, inicialmente, do mesmo tipo do controlo de trabalho que se tornou imagem de marca do nosso país junto dos imigrantes romenos, a

ter em conta o depoimento que analisamos. “Na embaixada portuguesa [em Bucareste não] acreditavam. Ninguém conseguiu o visto de trabalho de um ano. ‘Ninguém não sei quê, ninguém...’ Pronto, nós fomos perguntar como fazer para nós, que papéis eram precisos para fazer isso. ‘Ah, não sei quê, não sei como...’ **Depois fazem as dificuldades todas...** É. Típico português” (:52). Anos depois de Portugal começar a ser alvo de sistemas privados de migração organizada, quando o estado português começou a dar alguma orientação para os seus funcionários sobre como tratar do assunto, através da exigência de certos documentos aos trabalhadores e aos empregadores sem os quais a situação seria penalizada, os funcionários da embaixada pareciam não estar preparados para procurarem entender o fenómeno na origem das migrações e informar as autoridades do que se passava.

A nossa informante, essa, entendeu ser esse facto uma oportunidade de negócio. E como uma empresária à procura de estabelecer um fio num sistema de novas liberdades a que a Roménia tinha acedido fazia pouco tempo, definiu a sua tarefa empresarial como conseguir estabelecer um circuito legal de emigração para Portugal a partir de Bucareste, com o incómodo dos funcionários da embaixada, sem rotina de tratar deste assunto, com a desconfiança das autoridades *Schengen*, conhecedoras de que da Roménia para Portugal se estaria a passar no modo clandestino e não legal.¹ Com a concorrência dos empresários do tráfico de turistas da Roménia para Portugal, que ameaçavam. Quanto mais dificuldades encontrava, podemos imaginar, mais confirmava a sua ideia de que era a primeira a descobrir o caminho legal para emigrantes romenos para Portugal, onde, assim, poderia obter bons lucros de pioneirismo, uma vez estabelecido o circuito. Conforme ia vencendo os obstáculos a confiança em si mesma aumentava. “Quando entrámos em Itália, em espaço Schengen, em Itália, no aeroporto, a polícia de fronteira ficou a olhar para mim. Sozinha, mulher, com quinze rapazes detrás de mim, não estava assim muito bem (risos).” (:67).

A encomenda de Portugal era para vinte e dois trabalhadores. Quando passados longos meses de lutas burocráticas finalmente se conseguiram todos os documentos para iniciar a migração dos trabalhadores “(...) só quinze pessoas conseguirem topar mil euros. (...) Quinze pessoas não. (...) Sete pessoas pagaram sozinhas e aos outros fui [eu] que paguei. Ou paguei mais ou menos... paguei (...) quatro mil euros, quatro mil dólares. (:66) “Chegámos ao Algarve e entreguei, ‘Olha, Maria, estas são quinze pessoas, [para as] outras seis não tive dinheiro para pagar. Eu vou esperar um pouco, quando [houver dinheiro] ...” (:69) Eu estava a dizer, “Oh, Maria, agora, tudo está legal, eu fiz o meu trabalho, olha vê lá, estas pessoas não pagaram tudo para mim. Quando tu fores pagar o ordenado a estas pessoas descontas a minha parte”. (:70).

Porém, também a Maria, esposa do romeno que vivia em Portugal, não estava habituada a trabalhar com imigrantes legalizados. E não fez diferença entre uns e outros. Procedeu segundo a rotina. “(...) tirou todos os passaportes, tirou todos os papéis que costumava pedir... (...) Não pagava! (...) dizia para ‘trabalhar mais, para você pagar a viagem de Lisboa ao Algarve’” (:73). Quando tomou conhecimento do que se estava a passar em Portugal, compreendendo que haver quase 9 mil euros para pagar aos trabalhadores – entre os quais os 4 mil que a empresa de Amélia J. tinha investido – enviou um emissário para falar com Maria. Proposta desenvolvida nesse encontro: “‘Nós vamos fazer um papel como eu [Maria] paguei esse dinheiro para vós, e vamos mostrar para

¹ No aeroporto de Roma “(...) a polícia de fronteira, chamou outra pessoa lá para verificar cada passaporte se estava legal.(:67) Depois de uma hora e meia, eu fiquei zangada, eu estava com medo, “oh, pá! Vou outra vez a Portugal, vou perder avião porque vocês são burros!”, pronto. Oh, pá, isso é uma coisa fácil. Falem com embaixada portuguesa lá na Roménia... (...) Confirmaram. Pronto. Quando chegámos aqui a Portugal, o mesmo! (...) “Oh, pá! Há qualquer coisa errada!” (:68).

trabalhadores'. Assim eu fico com cobertura, porque olha [poderei dizer aos trabalhadores], 'O vosso dinheiro está com a Amélia J.' (...) 'Vamos fazer isto, isto e isto?!?', este homem está doido ou quê!?' (:73/74).

Os negócios são estranhos para quem não está no mundo dos negócios. Para o emissário de Amélia J. o que pareceu mais importante, depois de ouvir Maria, era fazer a obra. Provavelmente inspirado por um espírito profissional, aceitou esquecer por momentos o problema das remunerações, porque o principal era realizar as obras, sem as quais, de resto, não haveria dinheiro de maneira nenhuma. Para isso não lhe pareceu mal, isto somos nós a especular, assinar um compromisso com Maria, de quem não imaginou poder ou dever desconfiar das intenções. Para Amélia J., em Bucareste e ao telefone, era evidente que assinar aquele papel seria comprometer definitivamente qualquer esperança que ainda restava de vir a receber o investimento. Decidiu vir ao Algarve, irritada com a sua pessoa de confiança – o seu próprio companheiro, um médico a procurar tornar-se empresário - , que não teve expediente para imaginar uma outra solução para o caso, para recuperar o que fosse possível do negócio e também da credibilidade dos trabalhadores e respectivas famílias² e ainda da ponte de imigração que estava praticamente acabada entre Bucareste e Portugal. Rabo duro de roer. Bem mais duro de roer do que poderia imaginar Amélia quando se meteu no avião para vir pela terceira vez a Portugal, sempre em negócios de recursos humanos. Chegou a 22 de Dezembro do ano 2000.

As malhas da justiça, em Portugal

“[Quando] cheguei aqui trabalhadores (...) começaram a chorar todos, 'Ah, não há dinheiro para não sei quê, ela não paga, não sei como, o não sei quê.' Eu disse: 'Pára. Vamos ver como podemos conseguir'. Eu fui falar com ela, foi uma guerra (...)” (:75). “Entretanto, entrámos em contacto com centenas de pessoas que antes trabalhavam com Maria. Todos choravam. Oh, não pagou dois, três meses, não pagou cinco meses, não pagou seis meses, não pagou duas semanas. Todos estavam na mesma...” (:76) Se “não [se] vai mais trabalhar, vamos encontrar outro empresário ou [outra forma de] (...) salvar situação.” (:75). Ao mesmo tempo contactou com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, através de um outro romeno nas mesmas circunstâncias, e “apresentei tudo como foi. Apresentei todos os papéis e tudo, tudo, tudo. [Mas porque era] (...) altura de Natal, [tivemos que] (...) esperar um pouco e depois [de] passar Ano Novo, vamos fazer queixa como deve ser.” (:76) e tentar apanhar a pessoa em flagrante.

Dia 15 de Janeiro 2001 apresentarem as queixas no SEF e “inspector X estava a dizer assim, 'Ó pá, isto é um caso muito, muito difícil, porque todas as pessoas são legais'. **Qual era a dificuldade de serem legais?** (...) nessa altura era um crime.” (:77) Diante a nossa perplexidade e incompreensão do sentido da lógica exposta veio a explicação possível: “Porque, porque era para ele dizer, o.k. compreendia se pessoas eram, estavam numa situação ilegal. **Sendo legais...** Legal, agora não vê porque ela está a fazer a mesma merda.” (:78) Ou dito de outra maneira, mais inteligível: “(...) é mais crime ser ilegal do que não ser pago (:78).”³

Noutras frentes da actividade empresarial, chegaram mais seis trabalhadores de Bucareste, na sequência do trabalho de angariação para completar a encomenda inicial recebida. “(...) Encontrámos outro empresário para tirar todos os trabalhadores para

² “Nenhum quer trabalhar. Também lá na Roménia todas as famílias foram lá na minha companhia...” (:74).

³ “(...) ilegal (...) trabalhava, se patrão não queria pagar, [trabalhador] podia ir embora. Mas não podia fazer queixa na Polícia.” (:114)

trabalhar num lugar estável, com tudo como deve ser. Mas não tive tempo de fazer isso. Porque em dia vinte, vinte e nove de Janeiro, fomos apanhados” (:79). A esses trabalhadores voltou a vê-los a testemunharem a seu favor em tribunal, muitos meses depois.⁴ Deles sabia que roubavam laranjas para comer, que também procuravam emprego por seus próprios meios e que não tinham forma de lhe pagar o que Amélia J. tinha investido neles, nem lhe pagariam se o serviço prestado continuasse a ser de tão má qualidade, se é que faz sentido exprimirmo-nos assim, nestas condições.

Em Bucareste a sede da empresa era assaltada e roubados papeis que interessavam a Maria, no Algarve. “Sim. A partir de Janeiro, ela roubou tudo, tudo, tudo. (...) Lá na Roménia. Lá na Roménia. [Disseram à] minha sogra, ao meu filho, [que eu podia] não voltar, mas era antes de ficarmos nós apanhados. Antes de...” sermos presos (:82).

“**Às duas por três investiram muito aqui...** Tive outras hipóteses porque estavam pessoas que esperavam por mim, lá. Mas não podia começar outra oportunidade, outra coisa, quando eu não estava nada assim. Estava tudo...” sem “uma solução para o que passa aqui.” (:84).

“Eu queria voltar para minha terra em, mais ou menos, antes de dez. Porque dia doze era aniversário do meu filho. (pausa)” (:87) “Tudo o que podia perder, eu perdi. (pausa) Tudo! Cabelo... filho estava... porque nesta altura não podia mandar dinheiro, não podia mandar nada, ficou, não numa casa de criança, é um lar!” (:100).

De repente, o problema deixou de ser encontrar uma solução empresarial para o seu futuro, para ser encontrar trabalho para os trabalhadores, contra a vontade da empresa de acolhimento em Portugal, por ser essa a salvaguarda da própria empresa, contra golpes cruzados das *mafias* em Bucareste e da justiça em Portugal, com perdas irreparáveis para familiares envolvidos na ajuda aos seus em Portugal, como veremos mais adiante.

Queixa-se de ter sido presente ao juiz de instrução mais de 48 horas depois da detenção policial pela PJ.⁵ Receberam a “arrogância” da nomeada defensora oficiosa, “frente do Juiz, apresentámos tudo o que passou, como foi, tudo não sei quê, não sei como. (pausa) E ficámos na cadeia. (pausa) Tudo. (...) E a Maria (apelido) não foi presa, e não foi apresentada...” (:96)⁶

Agarrada num esquema policial-judicial kafkiano recorreu à embaixada romena, contra a vontade dos serviços prisionais, para conseguir os serviços de um advogado. “Quanto custa? Para ver se temos dinheiro, ou não temos. Ah, (...) há uma casa para vender na Roménia, você vai mandar... vai fazer procuração para tua mãe, tua sogra, (...) para vender casa e vamos ter dinheiro. Tudo bem, tudo bem. Vamos vender a casa (...) na Roménia e vamos pagar. Mas nós tínhamos uma coisa por certa: um (pausa) nós íamos ficar na rua, para nos podermos defender melhor. (...) pagámos nessa altura, penso, mil euros e não sei quê. Mil euros? Mil dólares, mil dólares nesta altura... (pausa) Pronto, ficámos outra vez sem advogado. (pausa)” (:104).

No processo passaram-se coisas estranhas: desapareceu uma agenda de negócios escrita em romeno, que ainda na altura da entrevista, três anos e meio depois de ter sido apreendida na busca da PJ à residência de Amélia J., não tinha aparecido. Como ela reparou, quem sabia romeno e interesse em ficar com a agenda a não ser o marido de

⁴ “Todos. Todos foram testemunhas. E todos estavam a dizer a mesma coisa.” (:116)

⁵ “**Não vais conseguir provar (amiga)** Podemos provar (Amélia J.) **Não. Não podes. (amiga)** Como não? **Porque as datas foram falsificadas. Disseram num papel que é trinta e um de Janeiro, ficaste preso... (amiga)**” (:89).

⁶ Nas mesmas circunstâncias, o estrangeiro pode ficar preso, ao passo que o nacional, por esse facto, pode sair com “termo de residência”, medida de coacção geralmente não aplicável a estrangeiros.

Maria?⁷ Apareceu um passaporte americano falso em nome do emissário de Amélia J., também detido à ordem do mesmo processo. Ao inspector do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a quem Amélia J tinha apresentada toda a situação e respectivos documentos comprovativos, teve dificuldades excepcionais para ter acesso ao processo e mais dificuldades para intervir nele, conforme informou à própria nas várias visitas que lhe fez à prisão, tendo mencionado desaparecimento de documentação do processo que o impedia de agir. Chegou inclusive a prometer-lhe tirá-la da prisão antes de nascer o bebé.

Mas a gravidez de alto risco foi acompanhada até ao fim pelos serviços médicos da cadeia, embora Amélia J tenha tido oportunidade de dizer “Se este filho vai nascer com qualquer coisa, eu vou matar-me” (:110). Felizmente nasceu saudável e lindo. Conhecemo-lo, irrequieto, a perturbar a gravação da nossa entrevista. “Teu filho chora muito’, ‘Chora! É normal. Qualquer criança chora. Eu quero consultar um pediatra para ver que passa com meu filho.’ Passou três semanas, uma consulta de pediatra. (Pausa) ‘Ah, você não vai dar de manar mais para teu filho’, ‘Então, é meu filho, você (pausa) está a dizer que vou fazer para meu filho?’ Coisas chatas. Fiquei doente quase dois dias com quarenta graus de temperatura. Para mandar, para tirar um comprimido para baixar temperatura, passou um dia inteiro. (pausa). (...) Nasceu o meu filho lá na cadeia. Não tive nada, nada e nada. Pronto. Dava uma roupinha, qualquer coisinha assim de vez em quando. Fiz lá uma guerra para dar roupas que precisava” (:109). Dezoito meses e quatro advogados depois foi possível ao tribunal reconhecer não haver fundamento nas acusações. Foi a liberdade, dura liberdade: “Quando eu saí da cadeia acabou com o subsídio do meu filho. Isso não é normal. Fui perguntar, ‘Ó Doutora, que passa com dinheiro de meu filho?’, ‘Você vai tratar de tua vida’. Pronto, eu vou tratar de minha vida, mas quando outras pessoas tratam de minha vida é normal para perguntar, “Ó Doutora, que foi e que passa? Para saber melhor como pode resolver este problema”. Pronto. Cheguei na altura, saí na rua com um miúdo no colo, sem nada e cadeia e Governo português (pausa) nada. Nada! Onde?! Onde ficava? Diga lá! **Documentos também não tinha?** Documentos não tive (...) Tive passaporte, mais nada. Não estava legalizada... (...) a coisa mais valiosa que tinha nessa altura foi... o número de contribuinte válido.” (:111). “Fiquei dois ou três dias em casa [duma amiga, mulher de um outro antigo preso preventivo] e começou a trabalhar nas limpezas, com o miúdo atrás de mim!” (:112).

Duas preocupações principais ocupam a mente de Amélia J, para além do quotidiano de trabalho e de cuidar do filho bebé. Recuperar a agenda de negócios e regularizar a situação na Roménia, onde a sede da sua empresa e todos os encargos inerentes ficaram desde a sua prisão sem nenhuma orientação, na esperança de vir a poder resgatar o seu filho mais velho da institucionalização a que está neste momento sujeito.

“Passou três meses, nenhuma resposta.” do requerimento a pedir a devolução da agenda. “Oh, você vai pessoalmente para vermos o que é que passa”. Chegámos lá (...) E coincidência, eu não acredito mais em coincidências, mesmo, mesmo Inspector que apanhou Amélia J e mandou para a cadeia (pausa) É o mesmo indivíduo que está a cuidar deste processo. E uma coisa que eu pensei: cheirar mal.” (:118)

“Ah, então, na Polícia Judiciária há centenas de coisas”. – diz o agente – “(...) uma agenda, para uma imigrante, não vale nada. (pausa) (...) Ele estava a dizer, ‘Ah, você pensa vai ganhar qualquer coisa com este? Com este processo?’, e eu estava a dizer, ‘Ó

⁷ Minha opinião é: ou você vai à vida, ou você, outra pessoa mandou minha agenda para Maria (apelido). Porque lá estava contactos, estava pessoas, estava dinheiro que eu gastei. Porque o que precisava era só o marido, era única pessoa que sabia de língua para...(:119)

inspector, eu não quero ganhar nada. Eu só quero minha agenda' (pausa), 'Ou meu dinheiro.' (pausa), 'Então, quanto pensa vale tua agenda?'. 'Sim, pensa quanto vale esta agenda?'. E eu estava a dizer, eu estava a dizer assim, 'Pensa assim, foi quase três mil euros estava trabalhadores que lá estava escritos, mais ou menos vinte e cinco a trinta mil euros'. 'Só uma agenda?', eu estava a dizer, 'Só uma agenda', 'Então, quanto vale um ano e tal de cadeia?'. Depois deu para mim um exemplo (pausa), 'Se você vai entrar, se você vai entrar no supermercado e vai roubar um chupa, ou vai assaltar uma ourivesaria... É o mesmo'. Eu fiquei assim, 'Então, como? Então você pensa minha agenda é um chupa-chupa? Desculpa lá!' (pausa longa)." (:119).

Pouco tempo depois da realização desta entrevista, houve um alto magistrado que declarou aos órgãos de comunicação social que a justiça não era uma mercadoria. Mas sem dúvida, para alguns dos seus agentes, ela pode sê-lo. Daí, provavelmente, a necessidade de o afirmar *a contrario* a órgãos de comunicação social. O caso que nos serve de estudo, esse, não passou pelos media, a não ser de forma fugaz, quando estes se deixaram utilizar para o referir e dar alguma publicidade à necessidade de a magistratura encontrar uma saída digna para o imbróglio.

No despacho de acusação do Ministério Público pode ler-se: o "fluxo migratório de (...) Leste Europeu (...) é constituído principalmente por cidadãos romenos que, tendo-se apercebido que em Portugal existe presentemente muita procura de mão-de-obra para construção civil, levou-os a constituir redes de auxílio à imigração clandestina, para actuar em países muito pobres como a Roménia, Ucrânia e Moldávia, em que as pessoas se sujeitam a emigrar a qualquer preço (...) Tais redes assumem (...) *modus operandi* semelhante às redes criminosas de tráfico de pessoas, (...) associadas a empresas de construção civil, de modo a facilitar as actividades ilegais (...)". Tal como na embaixada, no nos aeroportos de Roma e de Lisboa, também no Ministério Público não se acreditava na possibilidade de haver imigrantes romenos legais em Portugal. Só que nos primeiros casos, ao contrário do último, foi-lhes possível confirmar a autenticidade dos documentos de que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tinha conhecimento todo o tempo, através da queixa lá deixada antes de ser presa por Amélia J. A exploração de mão-de-obra não-paga, essa, é considerada apenas, como já intuíram aqueles que têm conhecimento dos mercados negros em Portugal, como a Amélia J, uma mais valia, embora ilegítima, de "iniciativas"⁸ de construção civil.

Vicissitudes da vida de um imigrante pós-colonial

Conheci-a à saída da prisão, este jovem africano, bem apessoado, de cabeça erguida, a transbordar de alegria. Já assisti a saídas da cadeia, e por isso me pareceu estranha aquela alegria, que substituía o incómodo que se costuma apossar dos ex-condenados quando enfrentam, temerosos, a nova realidade do mundo livre, depois de anos de prisão em que, cá fora, tudo continuou a mudar aceleradamente.

Loas a Portugal e aos portugueses foi o que ouvi, assim como a negação categórica de qualquer tipo de racismo – que alguns alegam poder existir em Portugal. Questionei-o sobre a sua alegria, ao que me respondeu: "Tenho sete mil contos no banco e uma barraca que já está paga. Já me posso casar!"

⁸ Empresas é um termo formalmente desadequado para nos referirmos a iniciativas de exploração económica a coberto de amplas redes de cumplicidades. Economia paralela mostra a vontade de encobrimento necessária à sua existência mas valoriza – de uma forma socialmente questionável – o carácter económico (como valor positivo) desse tipo de iniciativas, que perante o presente testemunho sentimos obrigação de não tomar acriticamente.

Passados alguns anos, Jonas está de facto casado e com filhos. A trabalhar em Portugal como electricista como sempre fez, antes e depois da prisão. Nada disso teria sido possível caso o Presidente da República não tivesse indultado a condenação assessória de expulsão a que foi condenado, pouco tempo antes da sua libertação. A prisão, julgo isso agora, foi vivida como um percalço (mais que natural, provável) num processo migratório que descrevemos de seguida.

“Vivi muito no interior da Guiné, (...) onde eu nasci. Aquilo é uma aldeia, é uma aldeia. **E portanto, havia um quartel de militares?** Havia dois quartéis. (...) junto da fronteira ao Senegal. **O teu pai, portanto, era tropa com eles?** Era tropa.” Depois veio a independência e “Estranhei, não é? Não é só eu. Todo o mundo ficou um bocado estranho, (...) mas nós como éramos crianças, não sabíamos o que era. (...) Terroristas que chamavam, pessoas que tinham algo diferente. Em mim era uma coisa assustadora, qualquer coisa... um bicho, não é? (...) pretos como eu, com armas, mas armas diferentes, de maneira que comecei a pensar (...) Acima de tudo havia amizade pelos próprios. Africanos e os portugueses. Havia uma família, quase ali misturada, quer dizer, entre amor e ódio, aquela confusão toda. E pronto, daí vi eles partirem, não é? Assisti aquela situação toda. Depois ainda corremos atrás dos carros, para... imagina aquele solo vermelho de África, não é, e aí portugueses vieram, nós ficámos lá. Depois começou a haver problema. Meu pai inclusive, teve que... pronto, alguns fugiram mesmo. Alguns foram fuzilados, foram capturados, foram... **Por terem colaborado com os portugueses?** Por terem com os portugueses e terem dado o melhor que podiam aos portugueses e grande maioria foi (...) de serem mortos, pronto! Muitos foram mortos. E alguns escaparam. Como nós estávamos na fronteira, aquilo era só saltar pelos lados, já estávamos no Senegal. Maneira que... pronto, na nossa, minha terra salvo erro, lembro-me duas personalidades que foram mortos, um era dos Comandos o outro me parece também, que eram todos dos Comandos. Pronto. Eram dos comandos esses que foram mortos. Um era (...) outro era... o nome já não me vem à cabeça. Esse também foi morto, nunca mais ninguém o viu... **E o que é que o teu pai pensava disso?** Ah, o meu pai o que é que pensava? O meu pai, como sabe, sabe não, quer dizer, como eu ia a dizer, são pessoas que tinham uma mentalidade totalmente diferente, foram treinados para isso, não é? E nunca aceitavam aquela situação, não achavam... aquilo era um disparate, pronto, não podia nunca ser assim. Eram uns homens armados. Hoje são desarmados. Defesa não tinha, não tinha segurança nenhuma, não sabe que acordos é que foram assinados, em que termos é que aquilo foi acordado para entregar o país, não é? (...) Nessa altura não havia escola, porque a escola que havia era escola portuguesa. (...) Dois meses depois, abriu-se a oportunidade de todos que queriam estudar, podem estudar. Porque até, me lembro, se a pessoa não ia à escola, por exemplo, se faltava os colegas iam buscá-lo a casa. (...) na altura do Luís Cabral, como eu disse, não sou adepto político nenhum, mas na altura dele havia hospitais, havia farmácias, havia medicamentos, transportes, tínhamos uma rede de transportes muito bom, tínhamos transporte todo, todo, parte do país tinha transporte. A pessoa deslocava-se com facilidade, ia a um lado ia a outro, pronto. E era o mínimo que se podia arranjar na altura, mas isso estava a ser feito.” Depois, no início dos anos 80, “começou uma confusão. Um conflito entre eles e as coisas começaram a andar mal.(...) Nessa altura (...) o meu pai disse, ‘Ó pá, vocês, os meus filhos e Guiné, isso não está... não está bom. Eu não tenho condições para vos poder ajudar, mas tu vais para Portugal. Eu vou fazer alguns contactos para ver se tu vais. E ao menos lá, consegues, depois ajudar os teus irmãos’, a ideia era essa.(...) O meu pai escolheu-me porque achava que eu era um dos filhos mais capazes. O que podia cá vir, viver em Portugal e ter... conseguir estudar mais, e ter uma vida melhor, poderá vir a ajudar outros, porque ele sabia que eu tinha...

eu em mim tenho sempre aquela coisa sempre de ajudar, (...)” Chegou a Lisboa com 16 anos. Mas só em 85 conseguiu emprego regular. “Era uma empresa muita boa, só que foi mais tarde, ela foi fechar-se com dificuldades financeiras, como todas as empresas que fecham. Aí aprendi, apanhei... encontrei boa gente, pessoas honrosas, pessoas que gostam de ensinar os outros, saber o que sabem, não é? E aprendi, aprendi com eles. (...) **durante esses cinco anos (...), tu vivias sozinho?** Sempre vivi sempre sozinho. Sempre sozinho. (...) E continuo a viver ainda na barraca, como deve calcular. (...) já em meados de noventa arranjaram-me (...) trabalho de manutenção (...) **entre oitenta e cinco e noventa e dois o que é que aconteceu?** (...) trabalhei nas obras, mas não tinha assim... **Um sítio fixo.** Exactamente. (...) **entre os vinte e um e os vinte e seis anos?** Exactamente. (...) quem faz a obra tem tendência de ganhar mais, mas é mais prejudicado porque não recebe subsídio de alimentação, não tem transporte, não tem condição, (...) Ia, ia divertir. Ia discotecas, ia com os amigos (...) Mas sempre tive naquela... arranjar mulher ou... namoradas (...) Tinha que reunir algumas condições que me permita fazer. E nessa perspectiva nunca assumi nada, pronto. Namorava... (...) Ajudei os dois meus irmãos, o que eu podia, porque não tinha condições assim para ajudar tanto como eu gostaria (...) dinheiro que mandas é o dinheiro que podia pagar a passagem e ir para lá. (...) E isso não facilita a vida de um imigrante (...) O meu irmão (...) caiu algumas vezes na obra, pá e que realmente aquilo é um perigo para ele, que ele não se conseguia adaptar-se (...) na Guiné conseguia safar-se melhor que aqui, porque há muitos que na Guiné conseguem safar-se! (...) **os outros também não quiseram?** (...) não é a questão de não querer. Questão é que aqui também está difícil, não é? (risos)”.

“(...) todos nós que viemos, se calhar, grande maioria veio para passar férias e acabou por ficar. Porque na volta, há sempre qualquer coisa que mexe em todos nós, africanos, normalmente de expressão portuguesa, tem qualquer coisa de vir para Portugal, não é? (...) Se fosse para os Estados Unidos, talvez a pessoa poderá ter algumas dúvidas, “É pá! Ir para lá, pá, não sei falar inglês, não conheço aquilo, como é que foi, não tem lá família nenhuma que possa-me orientar”, estás a perceber? Mas em Portugal, acho que não. (...) Porque, evidentemente, há aquele laço, há aquela toda história, há muitas coisas que implica, quer dizer, as pessoas querem ou não querem, isso é verdade. Pronto. Se existe escravatura, se não existe escravatura, se existe exploração, se não existe exploração, se és enganado se não és enganado, eu não sei, mas há qualquer coisa (*incompreensão*) Pronto, isso... isso é um facto.”

“(...) **nos teus vinte e seis anos...** (...) Eram seis e tal da tarde, dia vinte e um de Janeiro, nunca mais me esqueço a data, noventa e três, noventa e quatro. (...) eu sabia que tinha o outro sujeito que estava connosco tinha um saco com ele. (...) Mas antes, um pouco, da polícia chegar ele entregou-me os sacos, de maneira a tirar as chaves que tinha no chaveiro.⁹ Quer dizer, tinha umas chaves com argolas, não é? Tinha que tirar chaves dentro da argola, para me entregar as chaves. Então aí, quando entregou-me o saco, eu senti polícia (...) Fomos para a esquadra, eu tinha aquilo na mão. (...) a polícia veio dizer que havia droga dentro do saco, ‘Quem é que trouxe o saco?’, ‘O saco não é meu. Eu trouxe o saco mas o saco é do senhor. Tenho a chave na mão esquerda, tenho o saco na mão direita. Saco é do senhor. Ele para me dar a chave entregou-me o saco para tirar as chaves do bolso’, ‘Mas não nos interessa isso, que não nos interessa, que você

⁹ Que pensa da polícia o nosso Jonas: “dentro da polícia, de toda a polícia não são todos maus, nem todos, a gente pode dizer, que são honestos, não é? Como do nosso lado, também. Quer dizer, todos que estávamos lá, não são todos inocentes. Nem todos são culpados também, não é? (...) Polícia, às vezes, tem em consciência que isso está a acontecer, não está certo! Mas quem tem que decidir é o juiz, não é a polícia.”

anda a vender droga', não sei quê, 'Olha, meu senhor, eu não sei de nada. Se o senhor disse, eu não sei de nada. É que quem me conhece sabe que eu não faço essa vida.' (...) Do Governo Civil transferiram-me, de manhã, fomos para o TIC ser ouvidos, pelo juiz. **Os dois?** Não! Sozinho! (...) Fiquei na Judiciária dois meses. Depois da Judiciária foi para a EPL, à espera de julgamento. (...) uns largos meses depois. Vi-me condenado. (...) Como eu não percebia nada do que é aquilo, vim a saber mais tarde que a pena acessória significa haver prorrogação e era ser expulso por isso. (...) primeiro dia que eu vi o advogado, foi na altura do julgamento. **Nunca tiveste advogado antes?** Não, não tinha, não tinha advogado nenhum. (...) **Não tinhas maneira de... sabias que tinhas direito, claro?** Claro que sabia que podia ter um advogado e consegui um advogado. Mas eu como estava bastante confiante (pausa) e não tinha dinheiro também para aquilo (...)"

A conversa, bruscamente, continua como se não mudasse de nível: o "corredor do Governo Civil, e mais tarde, leva para uma cela de vinte e três pessoas (pausa) uma cela (pausa) tal e qual isso, mais um bocado largo, com vinte e três pessoas. Cada um tem a sua história. (pausa) E a pessoa fica totalmente perdida... perdida. Bem, e aí a pessoa começa a iniciar o percurso, ou seja, começa a ver e a ouvir aquilo que já se ouvia há muito tempo mas não sabia o que era. (pausa) Dormi lá, de manhã...". Como que a dizer-nos que aí, em baixo, é o seu lugar. Esse, ele sempre soube onde era. Talvez tivesse confiado demais na boa-fé dos poderosos, sim. Mas de que adianta discutir, se se não tem "dinheiro", que traduzido no nível institucional superior às cadeias poder-se-ia ler "direitos". Vamos encontrar, mais adiante, outras expressões desta subordinação pós-colonial. Para já, chamamos a atenção para a descrição dos sentimentos de quem entra em prisão: "perdido". Tudo quanto se aprendeu anteriormente parece deixar de ser válido, estonteando-nos: "Quer dizer, eu ouvia sempre nome de prisão. Mas nunca sabia o que era aquilo...(...) EPL temos aqueles corredores enormíssimos e pá aquilo é um barulho, aquele barulho era um barulho enorme (...) seis horas estávamos todos fechados. Mesmo que esteja doente, tinha que bater à porta, bater à porta, ali, é uma seca, (...) O balde é quando você quer fazer chichi, é que à noite ninguém te abre a porta (...) 'esse balde é a sua casa de banho'". Uma coisa é imaginar a possibilidade de ir para a prisão: não uma prisão africana, mas uma prisão portuguesa. Outra coisa é observar isso não através das descrições dos ex-presos ou daquilo que se observa nos filmes, por exemplo, mas através da situação de se estar preso. É o fenómeno social a que podemos chamar segredo: toda a gente sabe mas ninguém consegue assumir como conhecimento, mesmo quando se assiste a verbalizações eventualmente realistas. Há como que uma ruptura epistemológica mais alta e densa que torna eficazes os muros penitenciários, capaz de separar simbolicamente o mundo das prisões e o mundo social. Essa ruptura, de resto, poderá ser facilmente encontrada empiricamente nas doutrinas legais e na jurisprudência.

"imagina a pessoas que estão a ressarcar, pessoas com problemas de saúde, (...). Lidar com aquilo... é um bocado complicado. (...) um indivíduo que não consegue comer, que não consegue estar em condições, nem consegue falar em condições, está naquele sofrimento tremendo (pausa longa). (...) minha irmã e meus primos foram-me ver, (...) também diziam que, 'Não pode ser', 'Olha, eu não sei. Eu estou aqui', pronto, fiquei assim (pausa). (...) esse processo de um mês, um ano, a pessoa aí vai-se ter umas transformações enormes. Em termos de personalidade, pessoa em si, (...) aí o próprio corpo reage. (...) dores de cabeça, (...) o cansaço, não tenhas dúvidas, o cansaço. O cansaço. E se todos presos, todos os reclusos, havia isso, sensação... primeiro dia é o cansaço. A pessoa começa a não conseguir dormir, depois começa a dormir muito. (pausa) E quanto mais dormir de dia à noite já não consegue dormir, porque tem de

começar a pensar tudo (...) não aguenta muito barulho porque já está com cabeça muito cheia. Algumas pessoas recorrem medicamentos, (...) E passando esses seis meses, a pessoa começa a entrar naquele... naquela fase mais complicada, (...) começa já não aceitar estar lá, mas já começa... já a ter amigos. (...) já há visita, já não é aquela ansiedade muito grande, (...) quando uma pessoa tem visita, prepara-se muito cedo e fica à espera. E há outros que não têm isto, bom, ficam mais tristes e pronto, que são mais vulneráveis, quer dizer, são mais fáceis... são presas mais fáceis. (...) falar é uma ajuda enorme que uma pessoa tem! Porque preso precisa de falar para outra pessoa que não seja (pausa) aquele diário, a conversa diária, (...). E começa a transformação da pessoa. Muito do que ele não gostava, começou... passa a gostar. Muita coisa que gostava passa a não gostar. E começa a ser uma pessoa totalmente estranha. Pronto. E aí continua o processo. E quando a pessoa atinge os dois anos, já é um indivíduo normal. (pausa longa) (...) o que mais me ajudou na prisão, (...) (nunca tomei comprimidos lá) [foi] conhecer o Professor Zé Luís, (...) [e outras] pessoas que me ajudaram bastante, que me incentivaram na altura (...) Fiz lá (...) sexta classe. E não acabei de fazer o sétimo, porque já estava quase a sair. (...) Eu quando saí da prisão queria continuar a estudar (...) [Mas] não consegui fazer. (...) São pessoas que sentimos que ajudam... ajudam pessoas a ultrapassarem aquele medo. (...) Durante o dia ainda consegue safar-se. É à noite que a prisão é dura. Porque é à noite (...) você pensa, (...) vai tentar abalizar tudo aquilo que está a passar, o que é que está a acontecer, o que é que vais ter, futuro, futuro que lhe resta para fazer, (...). Qualquer recluso que sai da prisão já tem uma coisa definida que é aquilo que vai fazer a seguir. Só que a coisa quando chega cá fora, a coisa começa a modificar-se. Começa a enfrentar uma sociedade nova que ele já não conhece. Há bastantes transformações. E onde é que havia um poço agora é prédio, onde é que havia prédio já é supermercado. (...) Deixa de ser acompanhado, deixa as pessoas. Não têm ajuda nada, não têm apoio de nada, não têm (pausa) tão pouco nada. Absolutamente nada, nada, não têm nada. (...) [fica com vontade e] à vontade de visitar esses amigos. (...) pessoas [que compreendem porque] estão também na tal... na tal desgraça (...) depois de eles saírem de lá não há ninguém que ligue a esses homens, não há ninguém que ligue a essas mulheres, (...) [Por isso, bata] uma rusga, pronto, está lá outra vez! E passa toda a vida ali. (...) devia-se trabalhar mais cá fora. (...) Fazem um trabalho espectacular nas prisões. E dão conselhos, ajudam bastante os reclusos. Mas aquele trabalho devia ser um trabalho realmente que se faz lá mas cá fora não se faz, e as pessoas quando saem cá fora sentem-se perdidas”.

“(...) A pessoa que sai de prisão não vai estabilizar-se dentro de dois anos. Ele precisa mais tempo. (pausa) É que parece uma contradição mas não é. (pausa) Na prisão a pessoa em tendência de tempo, de estabilizar-se mais, mais rápido, cá fora. (pausa) Porquê? Porque, é simples, na prisão você tem água, tem comida, o que não tem é aquilo que tu queres ter: amigos, família, pessoas, estar com eles a todas as horas, e andar, passear, ver aquilo que gostas, aquilo que queres, isso não tens. E então, com um tempo destes, com dois anos a pessoa começa a estabilizar, quer dizer, começa a ter aquela aceitação, pronto, ‘Eu já estou aqui, estou aqui mesmo, quer dizer, não vou-me preocupar mais com nada, quer dizer, faltam muitos meses, não é, vou pensar noutras coisas, mas se eu poder fazer alguma coisa, já gora faço’, pronto. Cá fora, não é. Cá fora a pessoa vive à conta própria, terá que comer à conta própria, terá que viver conforme o tempo... com uma possibilidade. E às vezes há amigos que você gostaria de ver, não consegue ver. Porquê? Porque, primeiro, para deslocar tens que pagar transporte (pausa) se não tens dinheiro? Segundo, para comer, tens que comprar comida para comer. Terceiro, tens que pagar a renda, se não tiver casa (pausa) e quarto, tens que vestir e tens que (*incompreensão*) isto tem os custos. Que a pessoa, à partida não tem possibilidades

para esses custos. Pronto. Alguns amigos podem-lhe acolher um mês, dois meses. Depois põem-te a andar. Porque para aqueles amigos acham que a pessoa está bom, está normal, é uma pessoa aceitável, (...) (pausa) Não é bem assim (pausa) (...) **Isso é uma dor que as pessoas sentem, não é? É.** Mas não falam.”

“Quando saí, (...) encontrei com muitos amigos, ‘É pá, eu queria ir visitar-te mas não sabia aonde, como é que eu ia lá?’, pronto, isso foi a primeira coisa que eu comecei a ouvir (pausa). (...) eles apercebiam-se que eu às vezes tinha... às faziam barulho e coiso, televisão e saía de lá, saía da sala e ia para o quarto. (...) Porque eu sabia aquilo que eu sentia, não é? O que é óbvio, não ia dizer a ninguém. (...) O barulho das portas a fechar e a abrir, aquele barulho enorme que se faz no corredor são coisas que eu às vezes lembro com (pausa) frequência”.

“(...) **há uma diferença do tratamento pelo facto de seres estrangeiro?** (...) nas prisões não há diferenças. (...) Não tive precárias porque tinha expulsão. (...) Cumpri pena toda e saí.(...) A diferença tem muito a ver com o próprio tipo de condenação que eu sou sujeito.”

“(...) foi uma pena que eu não merecia, (...) nunca isso tinha acontecido comigo (pausa) trabalhei sempre, descontei (pausa) e cumpri os meus deveres, que eu acho...(...) estava a trabalhar nesse hotel desse senhor. Não havia necessidade nenhuma daquilo que aconteceu, mas aconteceu. (...) Nunca arranjei problema com ninguém, nunca ninguém arranjou problemas comigo e sempre... como eu sou (...) Depois eu tinha os meus colegas também todos eles trabalhavam, nunca tiveram outro tipo de vício, outro tipo de vida a não ser trabalhar”.

“(...) completava quatro anos [sai, mas] não tinha documentos. E de propósito tive que pedir, (*incompreensão*) tinha que saber como tratar dos documentos, fomos lá [à prisão], fizemos pedido e (pausa) disseram que não sabiam dos meus documentos. (...) quase quatro anos depois que eu vim a ter documentos (...) deu-me residência temporária, (...) já me permite entrar no mercado concreto (...) Não ter documento não podia nunca arranjar um trabalho. (...) Estou a arranjar mesmo trabalho agora, não é, depois de quatro anos”. O negócio de documentos, como refere um dos participantes no colóquio que analisamos em outro lugar, é muito activo e faz-se fundamentalmente com matéria-prima – quer dizer, identidades – socialmente inertes, pois é essa que não tem condições de reagir. Neste caso, os serviços prisionais e o Estado português pura e simplesmente ignoraram a situação, sendo resolvida anos depois através da simpatia de funcionários compreensivos.

“(...) a minha vida que eu passei lá não foi boa, mas também não foi das piores. Se calhar a cadeia para mim foi uma das coisas que me ajudou a enriquecer e amadurecer mais. E saber aceitar diferença e saber aceitar outras pessoas e saber conviver com todos e saber estar. Muito ou pouco que tinha... uma pessoa tenha e tem que saber aceitar a condição que está. A cadeia trouxe-me essas coisas, são coisas que eu não tinha... não aceitava, não é?”.

“**Mas há uma injustiça nisso?** Bem, eu não gosto muito de dizer assim, ‘Há uma injustiça’. Eu percebo, pá, erros humanos. Eu errei a pegar no saco e pelo saco fui condenado. (pausa) Não é? E eu acho que ali que se faz a justiça, nesse caso. Mas eu tive a convicção (pausa) eu tive certeza que eu não tinha anda a ver com aquilo. **Mas porquê que não te acreditaram? Não acreditaram...** Não sei. Isto é que me custou muito, isto é muitas vezes que eu penso, ‘Porquê?’ Não sei. Se calhar não consegui explicar ou (pausa) sei lá, não sei. Não sei.”

“(...) apareceu um do Ministério Público também para me defender. Não sei se é Ministério Público ou não. **Não é. É advogado... advogado... Ordem dos Advogados.**

Pois. Mas para mim é a mesma coisa. Todos fizeram o mesmo serviço. Pronto. Tanto a acusação como a defesa, para mim funcionou da mesma maneira. Eu fui condenado. Eu não ouvi nada do que ele disse, ele não disse nada! (pausa) Mas perguntou-me duas, três coisas. Perguntou-me se eu tinha cá filhos, 'Não, não tenho', perguntou-me se onde eu vivia se casa, 'A casa é minha', perguntou-me mais umas coisas, mais do que isso, perguntas. (pausa) Daí, o Ministério Público disse, 'Que ele vive na Azinhaga dos Besouros. Aquilo basta dar um pontapé, sai um quilo de droga', disse, 'Então, o Senhor, se calhar, conhece melhor os pontapés onde é que se dá!', não é? Foi o que eu respondi. E ele... tal... se eu vivo... se ele vive num bairro todo o mundo sabe, se todo o mundo sabe porque é que me prendem a mim? (pausa) Pronto. Daí o juiz mandou-me calar, porque eu não podia responder ao homem, pronto, fiquei calado. Aí fui condenado. Foi assim. É isso que eu muitas vezes lamento, quer dizer, na nossa parte de reclusos, eu acho que mesmo pagando ao advogado, defesas são muito fracas.”

Trânsfuga do mundo do crime

Um homem maduro, recebeu o entrevistador num espaço esconso isolado, na hora da visita da tarde no estabelecimento prisional. Lá ficámos os dois com o gravador numa rara entrevista radicalmente não directiva. Toda a história estava montada na sua cabeça, mas infelizmente a gravação ficou pouco audível, devido às condições acústicas em que estivemos.

Por via do Director, antes de aceitar a entrevista que lhe tinha proposto por intermédio da sua esposa, informou-me não estar disponível para qualquer publicidade ao seu caso. Gostava de se expor, confessou para a gravação, mas lá no Brasil, quando era bandido. E actualmente também, mas através das pinturas que entrega à família para organizar exposições e realizar algum dinheiro. Mas não a propósito da vida que quer abandonar. Explica-nos, mais de dez anos depois de estar detido, que apesar de estar a cumprir pena em Portugal quer radicar-se cá, como era sua intenção quando para cá veio com a sua família: quer ver-se livre do circuito criminoso que frequentou e de que foi figura pública durante décadas.

Este tipo de linguagem é estranho ao nosso meio jurídico-penal, onde todos os condenados são inocentes e o encobrimento é o jogo geral. O segredo, perante si próprio, parece ser a alma das relações entre superiores e subordinados em Portugal, quando comparada com a libertinagem criminal brasileira. Como a opinião pública portuguesa já teve ocasião de entender através das reportagens que nos chegam de Vera Cruz, os jornalistas entram nas cadeias e entrevistam “bandidos” na hora dos crimes estarem a acontecer, fazendo o mesmo com os restantes sujeitos do processo penal. É possível estudar a “pistolagem”, afinal empresas de serviços de homicídio, nesse lado do Atlântico.¹⁰ Será que o sociólogo brasileiro teria a mesma dificuldade de acesso às histórias de vida dos imigrantes que foi sentida em Lisboa?

Como não vamos fazer uma análise comparada entre as duas sociedades em comunicação através dos fluxos migratórios que encaminharam o nosso entrevistado para Portugal, nem temos condições para o fazer, resta-nos deixar a pergunta. E acrescentar logo de seguida que a conversa, por ser contínua e sem interrupções, durante largas dezenas de minutos, nem por isso foi transparente. Aliás, já depois de desligado o gravador, o nosso entrevistado desculpou-se, digamos assim, explicando que havia “caras” no Brasil que teriam muito a perder se ele referisse os seus importantes nomes,

¹⁰ Ler, por exemplo, Barreira, 1998

como sendo seus cúmplices (mandantes? protectores? gestores? corruptores? Pode imaginar-se o que se quiser). Mas também ficou claro que havia que proteger as costas, pois a possibilidade de repatriamento estava em cima da mesa então – mais tarde veio a ser indeferido o pedido de extradição, a contento do nosso protagonista.

Começou no Rio, enquanto estudante de contabilidade vindo do interior, a “entrar” nos bancos. Na altura, durante a ditadura brasileira, o Comando Vermelho misturava criminosos e políticos de oposição na “recuperação” de fundos. Ainda hoje, em democracia, o Comando Vermelho mantém a sua fama e actividade, mas Hélio, chamemos-lhe assim, declara-nos que nunca foi comunista. Sempre foi bandido, de assaltar bancos.

Mas fez o seu primeiro ensaio, com rapaziada da sua idade, foi preso “antes de entrar no banco”. A polícia estava avisada e os jovens tinham um ambiente propício a todos os riscos, até porque havia sempre a desculpa ideológica. Mas, por outro lado, havia organização, nas ruas e nas prisões. Ele estava a frequentar o segundo ano de contabilidade e tinha “jeito” para liderar homens menos clarividentes. Foi-se tornando chefe de um bando, que roubou dezenas de bancos e que entrava e saía da prisão com toda a facilidade: “o muro era muito baixo e as águas das ilhas prisionais eram tépidas”, disse. Não sei se com rigor ou metaforicamente. “Quaisquer 100 reais esmagavam qualquer salário dos guardas, que recebiam a contribuição com prazer”. Ninguém pára na cadeia brasileira, disse-nos, se tem algum dinheiro para dispensar.

Os traficantes têm dinheiro, até podem fugir – pagando – mas também os há dentro das cadeias, a liderar enormes *gangs* que as dominam. Pelo menos é isso que dizem as notícias. Porém, não interrompi o fio à meada. A resposta veio no final. Protecções que faziam do grupo de Hélio intocável dentro das prisões e imparável também. Protecções interessadas, naturalmente, e que garantiram, durante décadas, acesso a níveis de consumo elevados. O grupo vivia no Le Blom, bairro rico do Rio de Janeiro, perfeitamente integrado no meio de homens de negócios. Daí planeavam os assaltos, lançavam a sua execução e voltavam para as famílias. Segundo disse, o seu nome era famoso na comunicação social, mas na vizinhança ninguém desconfiava de que era essa, líder de grupo de assaltante de bancos, a sua ocupação. Mesmo as mulheres e as crianças eram poupadas a tal conhecimento. Enfim: eis um segredo, apenas revelado quando Hélio, um dia, terá decidido executar a sua última acção.

Nos filmes também é assim. Toda a acção começa quando se decide organizar o abandono da vida criminosa. E isso terá alguma razão de ser? Se se pensar que assaltante de banco é uma profissão de desgaste rápido, as reformas terão que ser conseguidas cedo, mas também não podem ser previamente anunciadas, sob pena das redes que se alimentam dessa actividade – ao procurarem proteger-se e reconfigurar-se – interferirem da pior maneira. Tal como no desporto, o ideal é sair no auge, isto é executar o golpe mais lucrativo (eventualmente, somando todo o rendimento para o mesmo lado, deixando os beneficiários costumeiros, mas que deixaram de ser necessários, “às escuras”) e reformar-se.

Hélio confessou-nos que o último golpe não correu assim tão bem quanto o previsto, por um lado, e por outro lado, não queria abandonar os seus companheiros mas também não lhes queria dizer que esse era o último golpe. Envolveu-se numa trama complicada, entre safar os companheiros e a si mesmo da prisão, para onde foram parar, colocar a família a salvo em Portugal, ir buscar recursos guardados anteriormente, para trazer para o nosso país, e avisar os companheiros do que se estava a passar, dando-lhes a hipótese de mudarem também eles de vida.

Foi aos trambolhões que chegou a Portugal. E logo voltou para o Brasil para buscar um dos seus amigos, que entretanto hesitava em vir porque não tinha nada organizado nesse

sentido. No fim acabou por ficar. E no meio de tanto movimento, Hélio acabou por ser apanhado em Portugal por posse de documentos ilegais (se bem me recordo). Julgado e condenado a longa pena de prisão. Aqui ficou, como a família, que o acompanhou sempre.

Hélio “falou-me de si como alguém que, apesar de já ter cumprido mais de dez anos de prisão em Portugal, alguém que mantém o controlo sobre a sua vida.” Está escrito nas notas de pesquisa. Houve uma reconstrução da história de vida própria de quem esteja na prisão, de quem mude definitivamente para um outro continente e de quem quer mudar de vida. Como se fosse preciso assumir o essencial – a vida criminosa – para ser possível redimir-se dela perante a sociedade – através da pena penitenciária, neste caso. E assim ganhar direito a nova vida, que no Brasil seria improvável, seja porque a sua notoriedade procurada e provocada nos *media* ou seja porque as suas cumplicidades que formavam o “ambiente” das suas “iniciativas” o impediam.

Barreira, César, *Crimes por Encomenda - Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro*, Ed. Relume-Dumará, 1998

O africano recusou-se a sair do seu plano existencial dominado bio-ético, na esperança de vir a ter oportunidade de viver o plano antropológico. Jamais imaginou poder subir no eixo do poder/civilização, mas mostrou sabedoria para lidar com a morbidade, nomeadamente transformando os sentimentos negativos em neutros ou positivos.

Brasileiro usou o plano jurídico para mudar de plano bio-ético e assim transformar o plano antropológico. Aprendeu que para mudar de vida teria que manter neutro o sistema institucional que o protegia anteriormente e, em troca, ganhou a liberdade dos seus familiares próximos.

Romena foi apanhada no plano jurídico, foi obrigada a refazer duramente o plano bio-ético, e assegurar novo plano antropológico. Não desistiu de retomar os projectos anteriores, até porque a nível antropológico precisa de o fazer para recuperar a família, mesmo se as condições objectivas não são propícias.